

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROTOCOLO Nº 74837/2026

OBJETO: INSTALAÇÃO DA REDE DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE, RIO VERDE – GO.

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade fundamentar a necessidade de contratação para a **instalação completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI)** da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde, conforme **projeto aprovado nº 37657/26 pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás**.

A unidade encontra-se em reforma para adequações ao propósito da secretaria, juntamente com as adequações arquitetônicas e estruturais, deverá ser executado novo Sistema de Proteção e Combate para atender às exigências de legislação vigentes no prazo de validade do projeto aprovado.

A Prefeitura, por meio desta obra busca oferecer à população um ambiente de atendimento seguro, regularizado e preparado para situações de emergência, garantindo proteção à vida, integridade física dos usuários e servidores, preservação do patrimônio público e continuidade dos serviços desenvolvidos na edificação. A instalação completa do sistema de prevenção e combate a incêndio assegura que a Secretaria Municipal de Saúde opere de acordo com as normas técnicas e legais, proporcionando um serviço confiável, seguro e adequado às necessidades da comunidade.

Portanto, este documento apresenta os aspectos técnicos, justificativas, estimativas de custos e requisitos normativos necessários à contratação, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O estudo tem por objetivo viabilizar a contratação de empresa especializada para executar integralmente o Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde, atendendo ao projeto aprovado nº 37657/26.

A instalação é **obrigatória, indispensável e urgente** para garantir:

- Segurança estrutural e ocupacional;
- Conformidade com normas técnicas e legislação estadual;
- Proteção da vida de usuários e servidores;
- Preservação do patrimônio público.

A contratação limita-se **exclusivamente** à execução dos sistemas previstos no projeto aprovado do Corpo de Bombeiros, necessários para tornar a edificação regular e apta a operar.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A presente demanda encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão para o exercício correspondente, em consonância com o planejamento institucional e com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

A inclusão no PCA evidencia que a contratação foi objeto de planejamento prévio, estando alinhada às necessidades administrativas e/orçamentárias da unidade demandante, bem como às prioridades estratégicas da Administração.

Dessa forma, a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar observa o princípio do planejamento, assegurando coerência entre a demanda identificada, o PCA vigente e a futura instrução do processo de contratação, em consonância com as boas práticas de governança e com os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A solução proposta fundamenta-se na necessidade de **instalação completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI)** e de uma infraestrutura administrativa adequada.

A contratação visa a execução da **instalação completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI)**, permitindo que o sistema de incêndio desempenhe suas funções de forma regular, segura e conforme legislação vigente e parâmetros técnicos aplicáveis.

Com base nisso, foram definidos os requisitos técnicos e operacionais a seguir, considerados necessários e suficientes para embasar a escolha da solução:

1. **Localização e implantação:** As áreas de implantação estão definidas em projeto.
2. **Regulamentações e Licenciamento:** A execução deverá observar integralmente as normas legais e regulamentares aplicáveis à construção civil, incluindo licenças e autorizações municipais, zoneamento urbano, normas do Código de Obras, ABNT e demais legislações pertinentes.
3. **Planejamento Arquitetônico e Funcionalidade:** A obra deverá ser executada de acordo com o projeto técnico aprovado no CBM-GO, adotando soluções construtivas conforme exigido e aprovado no projeto nº 37657/26.
4. **Infraestrutura Física e Operacional:** O sistema deve ser entregue com interligações elétricas e hidráulicas plenamente funcionais, garantindo o correto funcionamento dos sistemas instalados, bem como a continuidade de funcionamento dos sistemas já em operação.
5. **Materiais Construtivos:** Os materiais deverão atender a padrões de qualidade, durabilidade e resistência adequados ao uso institucional, considerando manutenção, custo-benefício e compatibilidade com as normas técnicas brasileiras.
6. **Compatibilidade Orçamentária:** A solução deve observar o orçamento aprovado para o exercício, contemplando custos de execução, materiais, mão de obra, equipamentos,

instalações complementares e demais despesas necessárias, evitando soluções que representem ônus desproporcional ou custos continuados desnecessários.

7. Mão de Obra Qualificada: A contratada deverá empregar profissionais habilitados e equipes de execução devidamente qualificadas, garantindo conformidade técnica, segurança durante a execução e desempenho compatível com o objeto contratado.

8. Cronograma: A obra deverá seguir um cronograma realista e compatível com a complexidade da intervenção, assegurando etapas claras, prazos factíveis e metodologia executiva adequada, prevenindo atrasos ou interrupções injustificadas.

9. Sustentabilidade e Gestão ambiental: Sempre que possível, deverão ser incorporadas práticas sustentáveis, tais como uso racional de recursos, gestão de resíduos da obra, reaproveitamento de materiais, eficiência energética e observância às diretrizes de construção responsável.

10. Acessibilidade: Não se aplica neste serviço pois **não** serão construídos novos ambientes de convívio ou uso coletivo, apenas haverá a implementação de infraestruturas para sistema de Proteção e Combate à Incêndio.

11. Segurança Estrutural e Ocupacional: O projeto e sua execução devem priorizar a segurança física dos usuários e trabalhadores, garantindo adequação estrutural, prevenção contra incêndio, proteção às instalações sanitárias e elétricas e conformidade com normas de saúde e segurança no trabalho.

12. Conforto Ambiental e Operacional: A edificação deverá promover condições adequadas de ventilação, iluminação natural e conforto térmico, priorizando soluções que favoreçam o bem-estar dos servidores e a continuidade das atividades.

Esses requisitos asseguram que a intervenção atenderá aos critérios de segurança, eficiência, sustentabilidade, economicidade e conformidade normativa, garantindo à Administração Pública uma contratação tecnicamente consistente e operacionalmente adequada ao uso pretendido.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a **instalação completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio** da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde, em Rio Verde – GO, foram avaliadas três alternativas de execução. A análise considerou aspectos técnicos, operacionais, logísticos, econômicos e administrativos, com base em levantamento preliminar de serviços necessários e referências de preços médios praticados no mercado.

5.1 Execução direta pela Prefeitura (mão de obra própria)

Descrição: Aquisição direta dos materiais pela Administração, com execução integral dos serviços utilizando equipe própria do município.

Vantagens:

- Maior controle técnico e operacional sobre cada etapa da obra;
- Possibilidade de redução de custos, eliminando encargos de empreiteiras e lucro operacional de terceiros;
- Flexibilidade para ajustes durante a execução, caso sejam identificadas necessidades adicionais ou imprevistos;
- Racionalização do uso dos recursos públicos, concentrando o investimento na aquisição dos materiais;
- Valorização e aproveitamento da capacidade técnica do quadro municipal.

Desvantagens:

- Demanda por planejamento logístico detalhado para compatibilizar entrega de insumos e disponibilidade da equipe;
- Aumento de responsabilidade da Administração quanto à segurança do trabalho, gestão operacional e garantia técnica;
- Dependência de disponibilidade de mão de obra ESPECIALIZADA própria e de corpo técnico da prefeitura (servidores);
- Demanda ferramentas específicas ou contratação de serviços que não podem ser quantificados com precisão;
- Execução frequentemente mais burocrática devido à observância de fluxos administrativos internos, impactando o prazo total da obra;

- Maior risco de interrupções caso haja necessidade de redistribuição de servidores.

Conclusão: não é tecnicamente viável pois depende-se de mão-de-obra especializada que a prefeitura não dispõe, além de alguns serviços não poderem ser quantificados com exatidão, esbarrando assim na burocracia para contratação, e isso inviabilizaria a execução do serviço.

5.2 Contratação por especialidade – Empresas por segmento (lotes temáticos)

Descrição: A contratação seria fragmentada por categorias de fornecimento e serviços (ex.: materiais hidráulicos, escavação, instalações elétricas, estrutura civil etc.), com empresas executoras especializadas em cada fase.

Vantagens:

- Permite fornecedores especializados por categoria;
- Maior controle técnico individualizado sobre cada etapa;
- Possibilidade de obter preços competitivos em segmentos específicos do mercado.

Desvantagens:

- Necessidade de múltiplos processos de contratação e gestão paralela, aumentando o ônus administrativo;
- Gestão operacional complexa, com sobreposição de cronogramas e interfaces entre fornecedores;
- Risco de descoordenação entre as empresas, aumentando probabilidade de atrasos e retrabalhos;
- Custo global potencialmente superior devido ao somatório de mobilizações, encargos e margens individuais de cada contratado.

Conclusão: Apesar de tecnicamente possível, a alternativa apresenta baixa eficiência administrativa e maior risco de descontinuidade operacional, tornando-se menos vantajosa para este objeto específico.

5.3 Contratação de solução completa – Empreitada por Preço Global

Descrição: Contratação de uma única empresa responsável por fornecer os materiais e executar integralmente a obra, com entrega de solução completa conforme projeto e especificações técnicas.

Vantagens:

- Simplificação administrativa, com um único procedimento licitatório e um único contrato;
- Centralização de responsabilidades técnicas e operacionais na empresa contratada;
- Menor risco de incompatibilidades entre fases construtivas, reduzindo retrabalhos;
- Maior previsibilidade de custos, já que o valor é previamente definido;
- Liberação de equipes técnicas da Prefeitura para outras demandas estratégicas;
- Velocidade superior de execução, decorrente da integração entre materiais, mão de obra e logística.

Desvantagens:

- Redução da flexibilidade para ajustes durante a execução, demandando aditivos contratuais em caso de alterações não previstas;
- Dependência técnica e operacional acentuada da contratada, podendo gerar riscos adicionais caso a execução apresente falhas ou descumprimentos;

Conclusão: A contratação por empreitada global configura-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e administrativo apesar da inflexibilidade em casos de alterações não previstas. Além de reduzir a complexidade gerencial, a solução favorece maior celeridade de execução e menor risco operacional, ao evitar dependência da equipe municipal e descoordenação entre fornecedores.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Após a análise comparativa, conclui-se que **Contratação de solução completa – Empreitada por Preço Global, é a alternativa mais adequada e vantajosa instalação**

64 3602 8000

completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde, Rio Verde – GO. Dada natureza técnica do serviço e prezando pela simplificação dos processos burocráticos do serviço público e da não possibilidade de utilização do corpo técnico e mão de obra própria.

O levantamento preliminar de mercado demonstrou a disponibilidade dos materiais e preços compatíveis com a realidade local, permitindo a estimativa adequada dos custos e confirmando a viabilidade técnica da Contratação de solução completa – Empreitada por Preço Global

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução contempla: **instalação completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio** da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde, inclui:

- Rede de hidrantes (tubulações, registros, mangueiras, abrigo, conexões, sistema de pressurização).
- Iluminação de emergência.
- Sistema de alarme (central, acionadores, sirenes).
- Extintores conforme riscos específicos.
- Sinalização de emergência e rotas de fuga.
- Testes, comissionamento e ART.

A contratada fornecerá **todos os materiais, mão de obra, ferramentas, serviços e acessórios** necessários à perfeita execução e entrega em total operação do SPCI.

A contratada fornecerá **a ART de execução do serviço e ART de conformidade do sistema PCI**.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

As quantidades seguem integralmente o **Projeto Executivo, que por sua vez está em total conformidade com o Projeto Legal aprovado nº 37657/25**, incluindo:

64 3602 8000

- Pontos de hidrante;
- Central de Alarme e Sirene;
- Acionadores manuais;
- Extintores por tipo e carga;
- Luminárias de emergência;
- Tubulações e conexões;
- Sinalizações;
- Cabos, quadros e infraestrutura.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da empreitada global da referida obra é de R\$ 155.017,54 (Cento e cinquenta e cinco mil e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos).

9. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Após análise técnica, operacional e econômica, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da contratação. O sistema a ser construído integra um conjunto funcional de elementos — fundações, estrutura, vedação, cobertura e instalações hidráulicas internas e externas, sinalizações e iluminações, extintores — que demandam compatibilidade técnica, integração entre etapas e rastreabilidade única de responsabilidade.

O fracionamento em múltiplos contratos (por etapas ou por especialidades) aumentaria a complexidade administrativa, exigindo várias licitações, fiscalizações simultâneas e gestão de interfaces entre fornecedores distintos. Tal configuração eleva o risco de incompatibilidades entre métodos construtivos, atrasos decorrentes de descoordenação e, potencialmente, acréscimo de custos relacionados a retrabalhos, mobilização sucessiva de equipes ou sobreposição de cronogramas.

Dessa forma, a contratação da solução de forma única e integrada assegura maior eficiência na execução, controle técnico centralizado, responsabilidade contratual definida e mitigação de riscos operacionais. Além disso, promove economicidade ao evitar a soma de

margens e encargos de múltiplos prestadores, garantindo ao Município a melhor relação entre custo, qualidade e prazo.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação proposta tem como objetivo principal viabilizar a **instalação completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI)** da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde, situada na Avenida Presidente Vargas, 3215, Vila Maria, Rio Verde – GO, conforme projeto legal aprovado nº 37657/26. A solução deve permitir que a unidade esteja plenamente regularizada perante o Corpo de Bombeiros, garantindo condições adequadas de segurança, operação e atendimento ao público.

Espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Disponibilização tempestiva de materiais e mão de obra qualificada**, garantindo a execução contínua das etapas instaladas, o fiel atendimento ao projeto aprovado e o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- **Instalação integral e operacional do sistema de combate a incêndio**, incluindo rede de hidrantes, iluminação de emergência, sinalização, extintores, detectores e central de alarme, todos plenamente funcionais e compatíveis com as demandas da unidade de saúde;
- **Atendimento integral às normas técnicas e exigências legais**, especialmente às normas da ABNT, às Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros e às regulamentações municipais, assegurando a regularização do edifício e a obtenção do Certificado de Conformidade (CERCON);
- **Eficiência na aplicação dos recursos públicos**, garantindo execução integrada, redução de retrabalhos, mitigação de falhas técnicas e diminuição de custos indiretos decorrentes de atrasos ou descoordenação operacional;
- **Elevação do nível de segurança da unidade**, protegendo a vida de usuários e servidores, reduzindo riscos de ocorrências emergenciais e permitindo operação contínua e segura;

• **Melhoria da confiabilidade e funcionalidade dos serviços prestados à comunidade**, ao assegurar que a unidade opere em ambiente seguro, regulamentado e estruturado conforme os padrões legais vigentes.

Com a implantação completa do sistema de prevenção e combate a incêndio, espera-se promover **maior segurança na prestação do serviço público, segurança aos servidores, garantir conformidade legal da unidade, prevenir riscos e fortalecer a operação contínua da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde**, assegurando atendimento adequado, proteção à vida e prestação de serviços essenciais à população.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato para a empreitada global, deverão ser adotadas as seguintes providências, com vistas a assegurar a regularidade, legalidade e eficiência do processo de aquisição:

- Definição final das especificações técnicas dos materiais, com base no projeto executivo da obra e nas exigências técnicas;
- Atualização do levantamento de mercado, com base em referências oficiais (como SINAPI e GOINFRA);
- Análise jurídica da modalidade e justificativa legal para a forma de contratação, com base na legislação vigente e nas características do objeto;
- Elaboração de minuta contratual, prevendo cláusulas de responsabilidade técnica, garantias, prazos de execução, penalidades, reajustes, fiscalização e mecanismos de resolução de conflitos, além da previsão de sanções administrativas;
- Emissão da reserva orçamentária, assegurando disponibilidade financeira para a execução contratual, conforme programação orçamentária do exercício, com vinculação da despesa à dotação apropriada;
- Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e cadastral do vencedor, como condição indispensável à formalização do contrato, nos termos da legislação aplicável (inclusive certidões exigidas pelos sistemas oficiais de controle);

- Indicação formal de fiscal e gestor do contrato, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, com atribuições definidas e responsabilidades sobre acompanhamento de execução física, medições e recebimento.

A observância dessas etapas é essencial para garantir segurança jurídica ao processo licitatório, assegurar a conformidade técnica dos insumos empregados e promover a correta aplicação dos recursos públicos destinados ao objeto.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há, até o presente momento, contratações simultâneas ou correlatas formalmente vinculadas a esta aquisição.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Na presente contratação verificou-se a possibilidade da ocorrência de possíveis impactos ambientais:

A execução da instalação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI) da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde poderá gerar impactos ambientais de baixa a média intensidade, principalmente durante a fase de obras e intervenções internas. Entre os impactos previstos, destacam-se: **geração de resíduos sólidos** (tubulações, conexões, embalagens, fios e componentes elétricos), **ruído de equipamentos** devido a perfurações e fixações, **poeira** decorrente de cortes de parede e adequações estruturais, **consumo de energia elétrica** para testes e comissionamento dos sistemas, além de possíveis **interferências pontuais no entorno imediato da área de instalação**.

Para minimizar tais efeitos, deverão ser adotadas medidas mitigadoras compatíveis com boas práticas ambientais e com as normativas aplicáveis, tais como: **destinação adequada dos resíduos** gerados durante a instalação, conforme legislação ambiental vigente; controle da poeira por meio de umidificação das áreas de corte; **delimitação de horários para atividades ruidosas**, reduzindo incômodos à vizinhança e aos usuários;

utilização de equipamentos em conformidade com padrões de emissão sonora; e **armazenamento segregado de materiais**, evitando riscos de contaminação do solo ou da água.

Adicionalmente, recomenda-se: implantação de **sinalização e isolamento das áreas de trabalho** para prevenção de acidentes durante a execução; **reutilização de materiais sempre que possível**, reduzindo geração de resíduos; acompanhamento técnico contínuo da obra; e execução das instalações em conformidade com o projeto legal aprovado nº 37657/26, evitando retrabalhos, perfurações indevidas e desperdícios.

A adoção dessas práticas contribui para **reduzir os impactos ambientais**, assegurar o atendimento às normas vigentes e preservar a integridade do ambiente interno e externo da unidade, além de garantir a execução segura e responsável do serviço.

14. CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA AQUISIÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação para a instalação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde é tecnicamente possível, obrigatoriamente necessária e plenamente fundamentada. Diante do exposto, declara-se ser **viável e indispensável** a contratação pretendida.

A definição da solução técnica baseia-se em premissas **normativas, operacionais e de segurança**, assegurando a compatibilidade dos materiais e equipamentos com o projeto legal aprovado nº 37657/26 e com as exigências legais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e das normas da ABNT. Ressalta-se ainda que a unidade se encontra em funcionamento sem certificação do Corpo de Bombeiros, reforçando a urgência e a relevância da execução do sistema.

A escolha pela **Contratação de solução completa – Empreitada por Preço Global** mostra-se tecnicamente justificada, tendo em vista a necessidade de celeridade no atendimento às exigências legais, a interdependência entre as etapas do sistema de incêndio e a indisponibilidade de mão de obra e corpo técnico próprio em volume suficiente para execução direta. Nesse cenário, cabe à Administração Municipal apenas a fiscalização,

assegurando padronização, eficiência logística e cumprimento do cronograma físico-financeiro.

Adicionalmente, a contratação encontra respaldo nos princípios da **economicidade, eficiência e interesse público**, sendo conduzida com base em projetos técnicos e referências de custos externos, garantindo transparência e conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação atende integralmente à necessidade identificada, contribuindo diretamente para a segurança dos usuários, servidores e do patrimônio público, assegurando a regularização da unidade perante os órgãos fiscalizadores e garantindo a prestação contínua e segura dos serviços de saúde à população de Rio Verde – GO.

Sem mais.

Documento datado e assinado digitalmente.

Lauro Sergio Oliveira Dutra
Engenheiro Civil
CREA: 1018458220/D-GO

Thiago dos Santos Souza
Secretário Municipal de Saúde



Assinaturas Eletrônicas (Sistema)

Assinado digitalmente por PAULA DAIANA SANTOS MOREIRA GOMES, portador do CPF: ***.222.841-**, em 14/05/2026 11:16:19. Validar autenticidade em: <http://servicos.rioverde.go.gov.br/servicos/autenticacaorelatorios/9L14dZ58teX> - utilizando o código: 9L14dZ58teX

DOCUMENTO CONFERE COM ORIGINAL

Assinado digitalmente por LAURO SERGIO OLIVEIRA DUTRA, portador do CPF: ***.889.841-**, em 14/05/2026 11:20:05. Validar autenticidade em: <http://servicos.rioverde.go.gov.br/servicos/autenticacaorelatorios/9L14dZ58teX> - utilizando o código: 9L14dZ58teX



Assinaturas Digitais (Certificado Digital)

Assinatura digital - Nome: THIAGO DOS SANTOS SOUZA e-CPF: ***.494.521-** Usuário: thiago.santos Local: BR Data: 15/05/2026 08:27:04 IP: e-Assinatura: 9L14dZ58teX - <http://servicos.rioverde.go.gov.br/servicos/autenticacaorelatorios>